

SUMÁRIO

.....

CAPÍTULO 1

“PROCESSO DE CONHECIMENTO”: O QUE ISSO SIGNIFICA?17

1.1. Processo, Conhecimento e Cognição.....	17
1.2. Cognição Sumária e Cognição Exauriente.....	22
1.3. Cognição Plena e Cognição Limitada	25
1.4. Cognição, Conhecimento e Procedimento.....	30
1.5. Cognição em um sistema altamente sobrecarregado	32
1.6. Cognição e causas repetitivas	34

CAPÍTULO 2

PETIÇÃO INICIAL37

2.1. Petição Inicial: Aproximações Conceituais	37
2.2. Petição Inicial: Tratamento Normativo	39
2.2.1. Petição Inicial e Indicação de Juízo	40
2.2.2. Petição Inicial e Qualificação das Partes.....	42
2.2.3. Petição Inicial e Demanda Objetiva: Pedido e Causa de Pedir.....	45
2.2.3.1. Causa de Pedir e sua Extensão.....	49

2.2.3.2. Pedido e Cumulação de Pedidos.....	51
2.2.4. Valor da Causa	58
2.2.5. Petição Inicial e Protesto por Provas	62
2.2.6. Petição Inicial e Audiência de Autocomposição	64
2.3. Estética da petição inicial	64
2.4. Admissibilidade da petição inicial	66
2.4.1. Indeferimento da Petição Inicial	67
2.4.1.1. Indeferimento da Petição Inicial por Inépcia	70
2.4.1.2. Indeferimento da Petição Inicial por Ausência de Emenda Oportuna da Petição.....	73
2.4.1.3. Indeferimento da Petição Inicial por Ilegitimidade ou Falta de Interesse de Agir	76
2.4.2. Improcedência Liminar do Pedido	79
2.4.2.1. Improcedência Liminar do Pedido por Colisão com “Precedentes”	81
2.4.2.2. Improcedência Liminar do Pedido por Reconhecimento de Prescrição e Decadência.....	83
2.5. “Deferimento” da Petição Inicial e Processamento da Medida	85
2.6. Litigância predatória, abusiva e o seu controle pelo Poder Judiciário	86

CAPÍTULO 3

ATOS PROCESSUAIS, INVALIDADES, CONTAGEM DE PRAZOS E CITAÇÃO	91
3.1. Introdução	91
3.2. Tipos de atos processuais	92
3.3. Características gerais dos atos processuais	92
3.4. Atos das partes	94
3.5. Preclusão	95
3.6. Tempo dos atos processuais	95
3.6.1. Comunicação dos atos: início e término do prazo ..	97
3.6.2. Modos de realização da comunicação processual ..	99
3.7. Atos do juiz	102
3.8. Atuação judicial mediante cartas	104
3.9. Cooperação judiciária nacional	105
3.9.1. Núcleos de Justiça 4.0, juízo 100% digital e balcão digital	110
3.10. Forma escrita e forma oral dos atos processuais	112
3.10.1. Processo oral, processo digital e produtividade ...	113
3.11. Invalidades processuais	115
3.11.1. Existência, validade e eficácia	116
3.11.2. Regra geral: não há nulidade sem prejuízo	118
3.11.3. Regras relativas à alegação da invalidade	120
3.11.4. Nulidade derivada: teoria dos frutos da árvore envenenada	124

3.11.5. Nulidade relacionada à falta de intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	125
3.11.6. Saneamento pela possibilidade de julgar o mérito a favor da parte prejudicada pela nulidade.....	127
3.11.7. <i>Querela nullitatis</i> : o vício mais grave de todo o processo civil	128
3.11.8. Saneamento dos vícios pela coisa julgada	131
3.12. Citação: conceito e aproximações	134
3.13. Citação e Comparecimento Espontâneo.....	138
3.14. Meios de Citação	140
3.15. Efeitos da Citação	154

CAPÍTULO 4

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO.....	159
4.1. O Processo Civil e a Autocomposição	159
4.2. Audiência de Conciliação ou de Mediação.....	164
4.2.1. Mediação ou Conciliação?	166
4.2.2. Audiência de Autocomposição e Estrutura Judiciária.....	169
4.2.3. Desinteresse de Parte e Designação da Audiência.....	171
4.2.4. Audiência de Autocomposição, Estratégia Processual e Prazo de Defesa.....	176
4.2.5. Dez anos depois de aprovado o CPC, a audiência deu resultado?	177

CAPÍTULO 5

ATITUDES DO RÉU	181
5.1. A Bilateralidade do Processo	181
5.2. Revelia	183
5.2.1. Efeito Material da Revelia e Presunção de Veracidade.....	185
5.2.2. Efeito Processual da Revelia e Cômputo de Prazos.....	190
5.2.3. Possibilidade de Atuação Processual do Réu Revel	193
5.3. Reconhecimento do Pedido	196
5.3.1. Reconhecimento do Pedido e Homologação Judicial: Limites e Debates	197
5.4. Contestação.....	200
5.4.1. Objeto da Contestação.....	201
5.4.2. Matérias de Defesa	204
5.4.3. Eventualidade e Concentração.....	208
5.4.4. Contestação e Primazia do Mérito	211
5.4.5. Recomendações práticas quanto à elaboração da contestação	212
5.5. Reconvênção	214
5.5.1. Reconvênção e interesse de agir	217
5.5.2. Reconvênção e ampliação (subjetiva e objetiva) do processo	220
5.5.3. Reconvênção, contestação e revelia	224

CAPÍTULO 6

PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES227

6.1. As Providências Preliminares e a Transição Processual ..	228
6.2. Efeitos da Revelia	229
6.3. Saneamento de Irregularidades.....	233
6.4. Réplica e Consolidação do Contraditório.....	235
6.5. Verificação da necessidade de integração de outros sujeitos ao processo	241
6.6. Especificação de Provas	246

CAPÍTULO 7

**JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO,
JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO E DECISÃO DE
SANEAMENTO251**

7.1. Os “Circuitos” Processuais	251
7.2. Julgamento de extinção sem resolução de mérito	255
7.3. Julgamento Antecipado do Mérito	264
7.3.1. Julgamento Antecipado Parcial	267
7.4. Saneamento e Organização.....	275
7.4.1. Métodos de realização do saneamento	283
7.5. Conclusão.....	290

CAPÍTULO 8

PROVAS291

8.1. Objeto e Função da Prova: Aproximações Iniciais	291
--	-----

8.2.	Direito à Prova.....	299
8.2.1.	Direito à Prova e Produção Antecipada de Prova.....	300
8.2.2.	Produção Antecipada de Prova: Direito de Defesa e Uso Especulativo	307
8.3.	Dever de Prova e Ônus da Prova	312
8.3.1.	Distribuição e Dinamização do Ônus da Prova.....	318
8.3.2.	Dinamização, Ônus e Dever de Prova	325
8.4.	Admissibilidade e Inadmissibilidade da Prova	327
8.4.1.	O problema da prova ilícita e seu tratamento no processo civil.....	333
8.4.2.	Iniciativa probatória do juiz e ônus da prova.....	338
8.5.	Prova Emprestada.....	340
8.6.	Valoração da Prova e Livre Convencimento Motivado	344
8.6.1.	Valoração da Prova e <i>Standards</i> Probatórios	349
8.6.2.	A valoração pelas regras da experiência comum e da experiência técnica.....	353
8.7.	Provas em Espécie – Atipicidade dos Meios Probatórios.....	360
8.7.1.	Prova Estatística – Breves Considerações.....	361
8.8.	Provas em Espécie – Meios Probatórios Típicos	366
8.8.1.	Prova Documental	366
8.8.1.1.	Prova Documental e Arguição de Falsidade	373
8.8.1.2.	Documentos e tecnologia	375
8.8.1.3.	Ata notarial.....	378
8.8.2.	Prova Pericial.....	379
8.8.2.1.	Prova Técnica Simplificada.....	391

8.8.2.2. Perícia Consensual: escolha Convencional do Perito.....	392
8.8.2.3. Segunda Perícia	395
8.8.2.4. Custo, gerenciamento e decisão na prova pericial.....	397
8.8.2.5. Prova pericial hipercomplexa e a possibilidade de nomeação de consultor técnico pericial	399
8.8.3. Depoimento Pessoal.....	409
8.8.3.1. Depoimento Pessoal e Confissão.....	414
8.8.4. Prova Testemunhal	416
8.8.4.1. Produção da Prova Testemunhal	421
8.8.4.2. Considerações práticas sobre a prova testemunhal	425
8.8.5. Inspeção Judicial	427

CAPÍTULO 9

TUTELAS PROVISÓRIAS431

9.1. As Tutelas Provisórias e a Insuficiência do Processo Tradicional.....	431
9.1.1. O Procedimento Padrão e sua Insuficiência para Situações de Urgência	432
9.1.2. O Procedimento Padrão e sua Insuficiência para Situações de Evidência.....	434
9.2. A Tutela Provisória e suas Características	436
9.3. Tutela Provisória, Caução e Responsabilidade.....	439
9.4. O Regime da Tutela Provisória no CPC/15.....	443

9.4.1. O Regime da Tutela de Urgência – Requisitos.....	448
9.4.2. O Regime da Tutela (Satisfativa) de Urgência – Procedimento e estabilização	451
9.4.3. O Regime da Tutela (Cautelar) de Urgência – Procedimento.....	459
9.4.4. O Regime da Tutela de Evidência	463

CAPÍTULO 10

SENTENÇA	469
10.1. Atos Judiciais: Despacho, Decisão Interlocutória e Sentença.....	469
10.2. Sentenças com e sem Exame de Mérito.....	475
10.3. Classificações das Sentenças	478
10.4. Elementos da Sentença	483
10.4.1. A fundamentação das decisões: o problema qualitativo	489
10.5. Adstrição e vícios da sentença	493
10.5.1. A adstrição e a função constitucional do processo	498
10.5.2. Sentença líquida e ilíquida	503
10.6. Correção de erros.....	504
Referências	505